

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA****REQUERIMENTO Nº , DE 2024****(Da Sra. FLÁVIA MORAIS)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância da Carteira de Identidade Nacional (CIN) como instrumento de cidadania e acesso aos serviços e políticas públicas.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater a importância da Carteira de Identidade Nacional (CIN) como instrumento de cidadania e acesso aos serviços e políticas públicas.

Para participar do debate, convidamos as/os seguintes participantes:

- 1) **André Paulo Félix, Diretor de Benefícios e Relacionamentos com o Cidadão – DIRBEN/INSS;**
- 2) **Rogério Souza Mascarenhas – Secretário de Governo Digital, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;**
- 3) **Anna Estela Haddad - Secretária de Informação e Saúde Digital;**
- 4) **José Eduardo Bueno de Oliveira – Diretor do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (SUS);**
- 5) **Robinson Sakiyama Barreirinhas – Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;**
- 6) **Marivaldo de Castro Pereira – Secretário-executivo Adjunto do Ministério da Justiça;**
- 7) **Walter Tadeu Pinto de Faria – Diretor Adjunto de Serviços Bancários FEBRABAN.**



JUSTIFICAÇÃO

A Frente Parlamentar Mista para Garantia do Direito à Identidade (FrenID) é composta por 222 parlamentares e tem por propósito assegurar que cada cidadão brasileiro seja assistido, desde o nascimento e por todo seu ciclo de vida, por um sistema nacional de identificação, que garanta a todos, uma identificação moderna e segura. Esse sistema propiciará uma plataforma com uma abordagem representativa de qualquer política pública, seja do Governo Federal, Estadual ou Municipal e de um único fluxo oficial de informações dos cadastros administrativos.

Integram os objetivos da FrenID o cumprimento da meta de Desenvolvimento Sustentável da ONU para que todos tenham acesso à identidade civil, incluindo o registro de nascimento, a articulação para aprovar normas complementares à atual legislação, a garantia das prerrogativas dos órgãos do Sistema Nacional de Identificação.

O Programa de Identificação do Brasil visa conectar o ciclo de vida documental do cidadão. Atualmente, existe uma fragmentação entre sistemas da declaração de nascido vivo, declaração de óbito, do registro civil e do documento de identidade no Brasil. Essa fragmentação leva, inevitavelmente, a mazelas sociais e fraudes em todas as políticas públicas.

A meta de desenvolvimento sustentável 16, das Organizações das Nações Unidas (ONU), na Agenda 2030, é clara: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Um dos itens dessa meta, 16.9, positiva: “Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo registro de nascimento”.

Os esforços do Governo Federal, junto com os Governos Estaduais, e o Congresso Nacional, poderão prover as condições de transformar o nosso país em todas as suas relações entregando ao brasileiro uma identidade segura, confiável, representativa, acessível, abrangente e digital. Uma



identidade que funciona para toda população e em todos os lugares.

A Carteira de Identidade Nacional (CIN) é um instrumento moderno que garantirá acesso da população as políticas públicas, uma verdadeira ferramenta de cidadania.

Diante o exposto, contamos com os nobres pares para aprovação desta importante iniciativa de debate e reflexão sobre o tema.

Sala das Sessões, em de abril de 2024.

Deputada FLÁVIA MORAIS
PDT/GO

